

ALINHAMENTO DE INTERESSE ENTRE A ELITE INDUSTRIAL E A ELITE ESTATAL PARANAENSE? UMA ANÁLISE PELA AGENDA LEGISLATIVA DA FIEP

Maiane Bittencourt ¹
Mateus C. M. de Albuquerque ²

Resumo: Qual é o grau de alinhamento entre elites econômicas industriais e as elites estatais no âmbito estadual? Para responder a essa questão, analisamos a atuação política do setor industrial diante dos poderes Executivo e Legislativo. Estudamos, especificamente, o caso do estado do Paraná. Por meio de estatística descritiva, investigamos se os interesses da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) foram atendidos pela Assembleia Legislativa (ALEP) e pelo governo do estado. Com base na análise de conteúdo das Agendas Legislativas da FIEP de 2006 a 2014, verificamos, através da taxa de convergência, o grau de convergência entre os posicionamentos dos empresários, de um lado, e as decisões da ALEP e do Executivo estadual, de outro. Os resultados do estudo não encontraram alinhamento igual ou superior a 80% em nenhum dos períodos, e em nenhum dos poderes. Além disso, houve grande variabilidade no grau dos alinhamentos, tanto entre os períodos, quanto entre os poderes Legislativo e Executivo. Com isso, acreditamos demonstrar não haver convergência constante de alinhamentos entre as elites industriais e as elites estatais paranaenses.

Palavras-chave: Elite industrial; elite estatal; processo decisório; alinhamento de interesses; agenda FIEP.

Recebido em: 15/04/2021

Aceito em: 16/12/2021

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: maiane.ctba@gmail.com

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com

INTEREST ALIGNMENT BETWEEN THE INDUSTRIAL ELITE AND THE STATE ELITE IN PARANÁ? AN ANALYSIS OF THE FIEP'S LEGISLATIVE AGENDA

Abstract: What is the rate of the alignment between industrial-economic elites and state elites at the state level? In order to answer this question, we analyze the political performance of the industrial sector with the Executive and Legislative powers. We studied, specifically, the case of the state of Paraná. Using descriptive statistics, we investigated whether the interests of the Federation of Industries of the State of Paraná (FIEP) were met by the Legislative Assembly (ALEP) and by the state government. Based on the content analysis of the Legislative Agendas of FIEP from 2006 to 2014, we verified, through the rate of convergence, the degree of convergence between the positions of entrepreneurs, on the one hand, and the decisions of ALEP and the state Executive, on the other. The research results did not find alignment equal to or greater than 80% in any of the periods, and any of the Executive and Legislative powers. Furthermore, there was great variability in the degree of alignments, both between periods and between the Legislative and Executive powers. Therefore, we could demonstrate there was no constant convergence of alignments between the industrial and state elites of Paraná.

Keywords: Industrial Elites; State Elites; Decision process making; Interests alignment; FIEP Agenda.

1. Introdução

O debate quanto às relações entre as elites econômicas e as elites estatais é longo na Sociologia Política. Determinados autores apostam nos vínculos subjetivos, estruturados por mecanismos objetivos, entre estas duas elites, formando uma elite estatal excessivamente alinhada aos interesses das elites econômicas (Miliband, 1982). Outra tradição recusa a categoria “elite”, optando em focalizar a agenda de pesquisa nos efeitos provocados pela interação entre a multiplicidade de frações da classe dominante (constantemente em contradição) e a ossatura do Estado (Poulantzas, 2015). Buscando focar a interação burguesia/Estado menos sob uma lógica de captura e mais sob uma perspectiva de pressões institucionais, a partir da segunda metade do século XX multiplicaram-se os estudos sobre o “corporativismo”, que pode ser entendido como uma sub-categoria de estudos elitistas: uma agenda de pesquisa sustentada nos mecanismos pelos quais grupos sociais – no caso aqui, elites econômicas – formam grupos de pressão ou “grupos solidários de interesse” (Diniz, 1992, p. 9) para agir sobre as elites estatais. Em resumo, não mais apostando na penetração das elites sobre o Estado, trata-se aqui de analisar os mecanismos institucionais pelos quais se dá a pressão de uma elite sobre a outra.

Neste trabalho, focalizamos em um tipo específico de corporativismo: o das elites industriais brasileiras, especialmente em sua relação com o parlamento. Estudos com esta temática não são novidade. O trabalho de Mancuso (2004), que analisou os sucessos e os insucessos das propostas presentes na “Agenda Legislativa da Indústria” da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em sua circulação no Congresso Nacional é seminal por produzir métricas de análise em cima não apenas de interesses abstratos, teorizados a partir do papel da indústria na economia política, mas sim de mecanismos concretos de exposição de interesse (no caso, a “Agenda”). O assunto não se esgotou, e a “Agenda Legislativa da Indústria” segue sendo objeto constante de observação da Sociologia Política (Borck, 2019; Costa e Borck, 2019). Em sequência, outros trabalhos buscaram analisar esta relação de interesses exposta pelas associações em arenas políticas institucionais na dimensão regional, para citar alguns exemplos, no Rio Grande do Sul (Cadoná, 2015), em Santa Catarina (Güths, 2006) e São Paulo (Costa & Troiano, 2016; Moraes, 2010). No caso do Paraná, estado aqui estudado, o estudo de Griebeler & Braga (2014) dedicou-se a analisar a “Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná” (ALIPR), da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Este mecanismo foi criado em 2005, com o intuito de produzir análises que partam da indústria paranaense sobre os projetos que circulem no legislativo estadual.

Usando a metodologia proposta por Mancuso (2007), Griebeler & Braga (2014) analisaram a legislatura entre 2007 e 2011, durante a terceira gestão de Roberto Requião (MDB) e o período assumido por Orlando Pessuti³ (MDB) para avaliar se os industriais obtiveram sucesso ou

³ Pessuti assumiu o governo do estado em fevereiro de 2010 para que Roberto Requião (MDB) pudesse concorrer ao Senado Federal.

insucesso, tendo como variáveis as temáticas as quais os projetos estão vinculados e a Casa de Origem de tramitação (Executivo ou Legislativo). O trabalho aqui proposto se diferencia do de Griebeler & Braga (2014). Trabalhamos com outro recorte temporal, englobando as três legislaturas que atravessaram o período temporal de 2006 até 2014, passando pelas Agendas que compreendem o final da segunda à terceira gestão de Roberto Requião (MDB), pelo interregno de Pessuti (MDB) e pelo primeiro mandato de Beto Richa (PSDB).

Há também uma segunda e última diferença, e talvez a mais importante: não buscamos como métrica “sucesso” e “insucesso” da pauta proposta, e sim um alinhamento de interesses. Assim sendo, nosso problema de pesquisa é questionar se há alinhamento de interesses entre as elites industriais paranaenses e as elites estatais, mais especificamente a Assembleia Legislativa e o governo do Estado. Nossa hipótese a essa questão é que esta relação de interesses se confirma.

Para tanto, será utilizada a metodologia da estatística descritiva com a aplicação da taxa de convergência. Essa taxa foi utilizada para mensurar o grau de alinhamento de interesses entre o setor industrial e a classe política paranaense. Taxa de convergência é entendida aqui como a proporção entre matérias nas quais o setor produtivo se posiciona convergentemente (isto é, alinhado) e a posição apresentada pelas instituições no processo decisório (Santos, 2014). Isso se diferencia da métrica de “sucesso” e “insucesso” por analisar o posicionamento de cada Poder diante do projeto de lei. A taxa de sucesso analisa a situação final do projeto, não diferenciando se ao longo desse processo houve consonância com um dos poderes, mesmo que essa consonância não se traduza em aprovação. Ou seja, a taxa de sucesso ou taxa de aprovação é definida como a proporção das proposições legislativas aprovadas dentro de um recorte temporal em relação ao total de projetos apresentados (Santos & Graça, 2009).

Na próxima seção, revisaremos os estudos sobre a indústria no Brasil e no Paraná, buscando alinhar o histórico do desenvolvimento industrial com as mudanças nas formas associativas da elite econômica da indústria. Após isso, será explicada detalhadamente a nossa metodologia e as nossas fontes para que sejam demonstrados os resultados analíticos empíricos e as considerações finais.

2. As elites industriais organizadas no Brasil e no Paraná

Nesta seção, caracterizaremos a especificidade organizativa das elites econômicas industriais no Brasil e no estado do Paraná. Antes disso, cabe um pequeno apanhado da relação entre a indústria como setor econômico priorizado pelo Estado brasileiro. Como demonstra Cano (2015), o Brasil já possuía certo processo de instauração de indústrias no início do século XX, uma indústria de transformações que já tirava o peso da ultracentralização do café na economia brasileira. A crise de 1929 e, posteriormente, a Revolução de 1930 provocariam uma importante mudança estrutural na condução econômica, levando a um redesenho do Estado brasileiro que

possibilitasse “uma rápida e efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego, mas também a construção de uma política de industrialização” (Cano, 2015, p. 446). Ao contrário das perspectivas que apontam esse processo como uma consequência tendencial à conjuntura macroeconômica da distribuição internacional do trabalho, Fonseca (2003) defende que ele contou com a intencionalidade dos agentes, tanto dos que compunham a política de Estado, quanto dos que formavam as elites econômicas industriais. A industrialização tornou-se parte determinante dos objetivos do Estado brasileiro, a ponto de que se tornava difícil um retorno aos predicados anteriores à Revolução de 30, algo que se desenhou no governo Dutra, na segunda metade dos anos 1940. O Estado, inclusive, teve de assumir amplos papéis nos anos 1950 para enfrentar os gargalos do processo industrial brasileiro, atuando diretamente na área de transportes e energia, além da dedicação em formar as mentes condutoras desse processo (Cano, 2015).

As políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990 provocaram uma grande reversão desse processo. Se em 1980 a indústria representava 33% da economia brasileira, em 2011, representava 14,6% (Cano, 2012). Ainda segundo Cano (2012), é possível identificar quatro razões para essa desindustrialização como um panorama contínuo desde então: o Plano Real com sua combinação de câmbio valorizado, juros altos e âncora fiscal da economia; a abertura desregrada da economia no governo Sarney e continuada com mais afinco nos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; a taxa de juros alta a ponto de ser mais vantajoso lucrar com rentismo do que com produção; aumento do investimento externo, pouco ancorado na industrialização; a desaceleração da economia mundial a partir de 2007. Embora não completamente insulado, o processo industrial do Paraná seguiu uma trajetória temporal diferente. Como demonstra Migliorini (2006), o café encontrou seu apogeu no norte do estado nos anos 1940. A centralização desta região na monocultura cafeeira levou o seu mercado consumidor a comprar manufatura de São Paulo, e não do restante do estado. “Enquanto no Estado de São Paulo a renda desnecessária para os reinvestimentos nas lavouras de café e em outros produtos agrícola era investida nos setores industriais do próprio estado, no Paraná, a renda excedente se direcionava para fora do Estado” (Migliorini, 2006, p. 66). O esgotamento do ciclo do café, pelo excesso de oferta, estimulou a entrada do estado em um ciclo desenvolvimentista nos anos 1960 e 1970. Uma das consequências práticas disso é a criação de várias agências de fomento estadual focalizadas no desenvolvimento industrial⁴.

O processo de desindustrialização nacional, mencionado anteriormente, afetou o estado de maneira diferente. Embora seja possível identificar uma desaceleração no crescimento econômico, houve diversificação no setor industrial. Segundo Nojima (2002), ainda que não tenha havido crescimento na capacidade instalada da indústria paranaense, houve transformações

⁴ Segundo Migliorini (2006): Banco do Estado do Paraná (BANESTADO); Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR); Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA); Companhia Agropecuária de Fomento Econômico; Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL); A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR), Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR); Fundo de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR); Companhia de Habitação Paranaense (COHAPAR) e a Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

relevantes na estrutura produtiva. Investimentos em diversificação, tecnologia e eficiência das rotinas produtivas privilegiaram setores como o da indústria de bens tecnológicos, como automóveis e informática. Mesmo com baixo crescimento do parque industrial, se relativizado às décadas anteriores, houve um crescimento de 54% na capacidade produtiva entre 1995 e 2000 (Nojima, 2002). Costa & Engler (2008) ajudam a reforçar que estas características são consideravelmente centradas na região metropolitana de Curitiba, que forma, por exemplo, o segundo maior parque automotivo do país.

Se o processo de industrialização no estado do Paraná foi mais tardio, o mesmo pode se dizer quanto à dinâmica associativa de sua elite industrial. Os diversos sindicatos patronais de indústria vieram a conformar a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) em 1944 (Griebeler & Braga, 2014), atrás da Firjan (Rio de Janeiro, 1875), FIERGS (Rio Grande do Sul, 1930), FIESP (São Paulo, 1931) e FIEMG (Minas Gerais, 1933). A Federação representa hoje 108 sindicatos filiados (FIEP, 2020), com o quarto maior PIB industrial do país em 2017, o quarto maior volume de produtos manufaturados exportados em 2019 e o quinto maior número de estabelecimentos industriais instalados (CNI, 2020). A Federação, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) “estuda e avalia os cenários econômico, político e social para oferecer serviços que atendam às demandas pontuais e futuras, desenvolvem a indústria e capacitam os empresários para os mercados” (FIEP, 2020).

Griebeler & Braga (2014) mencionam três projetos conduzidos pela Federação com a intenção de impactar na política institucional: o “Vigilantes da Democracia”, a “Rede de Participação Política” (que hoje se encontram descontinuados) e a “Agenda Legislativa”, esta última objeto de estudo deste artigo. A “Agenda” foi criada em 2005 e tem por missão “acompanhar e pronunciar-se publicamente sobre os projetos em relação aos quais a indústria apresenta algum interesse ou posicionamento convergente e divergente, não se atendo apenas a assuntos econômicos, mas também a outros temas com impacto sobre a sociedade” (Griebeler & Braga, 2014, p. 901). Ela teria sido inspirada na iniciativa da “Agenda Legislativa da Indústria”, criada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) para combater o “custo Brasil” na década de 1990. O processo da “Agenda Legislativa” funciona da seguinte forma, de acordo com a descrição de Griebeler & Braga (2014): a assessoria legislativa da Federação acompanha as sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mapeando os projetos que possam vir a provocar interesse dos associados. Assim, os associados recebem esta listagem, já com o acompanhamento de sua tramitação. Em cima do compilado dos posicionamentos dos associados, a Agenda é construída, após os presentes no Encontro de Convergência da Agenda Legislativa definirem quais dos projetos mapeados são prioritários para a composição da Agenda. Comparativamente, o processo é bastante semelhante ao da “Agenda Legislativa da Indústria”, produzido pela CNI: nela, através do Legisdata, banco de dados coletado pela Confederação, os filiados emitem seus posicionamentos em sistema *online*. Esses posicionamentos resultarão, ao fim, no lançamento da agenda (Mancuso, 2004).

Estudar o objeto descrito acima é inserir-se em uma agenda de pesquisa com certa tradição no Brasil: a da relação entre empresários e Estado. Segundo Mancuso (2007), os estudos sobre empresariado no Brasil podem ser divididos em cinco fases. Na primeira fase, entre as décadas de 1930 e 1950, parcela nacional do empresariado era vista como aliada da classe trabalhadora no enfrentamento ao capitalismo. A segunda fase, na década de 1960 e no começo da década de 1970, tinha por característica apontar o empresariado brasileiro como fraco e subserviente aos interesses do capital internacional. A terceira fase, que dura até o começo da década de 1990, foi relevante por demarcar que a campanha contra a estatização e a luta pela redemocratização representou uma ruptura dos empresários com o regime militar, denotando a consideração de que os empresários possuem sim certa capacidade associativa para defender seus interesses. Nesse sentido, o estudo de Diniz & Boschi (2016)⁵ é seminal. Parte dos autores a consideração de que a estrutura corporativa estatal, instalada para incorporar os conflitos empresariais no seio do Estado, não representa a totalidade da representação corporativa de empresários. Associações paralelas surgem, representando setores específicos e fortalecendo mecanismos de segregação entre os empresários, pois estes setores buscam formar grupos que exerçam pressão para além da dinâmica estatal, obtendo vantagens. Mancuso (2004), ao estudar as entidades industriais, fornece um bom exemplo de como as associações oficiais/corporativas provocam certa desconexão com a realidade: dentro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), estados menos industrializados possuem o mesmo grau de representação que estados mais industrializados.

O neoliberalismo e o processo de desindustrialização motivaram uma quarta fase nestes estudos, que conclui haver uma fraqueza na mobilização empresarial, apontando como insuficiente a representação corporativa da forma como ela se estabelece. Na contramão desse raciocínio, surge a quinta fase, alocada a partir dos anos 2000, a qual o próprio Mancuso (2007) compõe. Este tipo de estudo afirma que o sistema corporativo continua existindo como espaço de pressão e de exposição de interesses, e que a profunda transformação que a Constituição de 1988 estabeleceu nessa relação em que ampliou a capacidade organizativa dos empresários:

Em que consiste, porém, o sistema chamado de corporativista? Esse sistema foi instituído no Brasil pela legislação sindical da década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, como o sistema oficial para a intermediação dos interesses dos atores emergentes no novo cenário político do país – os empresários e os trabalhadores urbanos. Criado há mais de 70 anos, o sistema corporativista subsiste até hoje, tendo passado por modificações importantes, sem, no entanto, ter perdido seus traços fundamentais. No que tange às alterações, a constituição de 1988 suprimiu os mecanismos que, ao longo do período anterior, permitiram que o governo federal exercesse controle direto sobre o sistema corporativista, como a exigência de autorização prévia para a fundação de sindicatos, o poder

⁵ Apesar da data referenciada, o artigo foi originalmente publicado em 1979.

de intervir nas eleições para postos de liderança e a faculdade de interferir no funcionamento cotidiano das entidades. As mudanças trazidas pela constituição de 1988 resultaram, portanto, na ampliação da autonomia das entidades do sistema corporativo. Por outro lado, a constituição manteve a unicidade sindical e a contribuição sindical. A manutenção destes dois institutos explica a sobrevivência da estrutura corporativista até os nossos dias (Mancuso, 2007, p. 135).

O autor ainda reforça: essas mudanças não são resultado de um lapso de espontaneidade produzido de maneira determinística pelas mudanças econômicas, e sim por uma mudança de intencionalidade na postura dos agentes. Diniz (2016), ao analisar a postura dos empresários durante o processo de desindustrialização, chega à mesma conclusão. De fato, os empresários, mobilizados pela campanha liberal e antiestatal, não conseguiram mobilizar-se para defender a indústria do processo de neoliberalização da economia. Mas, o processo de redemocratização ampliou, de certa maneira, a forma como o empresariado disputa o poder estatal, atuando “tanto pela via eleitoral, com um grande número de empresários concorrendo a cargos para Legislativo e Executivo estaduais, como pela via burocrática, mediante o recrutamento de empresários para cargos de alto nível na administração pública” (Diniz, 2016, p. 137). Esse processo configura a formação de arenas neocorporativas de interação, espaços intermediários de diálogo entre o poder público e o sistema econômico privado. Os empresários fizeram uso desses conselhos, órgãos e autarquias como espaço de disputa propositiva de interesses. Portanto, se houve clara convergência dos empresários com os valores neoliberais que culminaram na abertura econômica e na desindustrialização, houve também a conformação de uma reorganização da disputa de interesses com características mais autônomas, ampliando o poder de barganha.

Mas e quanto à fração da elite econômica industrial e suas especificidades? Cabe dizer que, se estamos tratando de diversificação nas formas associativas, há comprovações que essa diversificação está relacionada à industrialização do espaço geográfico analisado (Boschi & Diniz, 2016). Também é possível notar que o processo descrito no parágrafo anterior deu sobrevida às federações industriais (Diniz, 2016). Mancuso (2004) demonstrou que o processo de abertura econômica foi relevante para a reorganização dos industriais: enfrentando a concorrência estrangeira, esses apostaram na linha da competitividade para travar o enfrentamento com a nova configuração de mercado. Assim, reduzir o “Custo Brasil” passou a ser a tarefa principal, pautando a legislação trabalhista, o sistema tributário, a infraestrutura material e social etc. Em 1996, a CNI lança a já citada “Agenda Legislativa da Indústria”, que para Mancuso (2004) significou dois elementos importantes: o estabelecimento de políticas de pressão sobre o Poder Legislativo (anteriormente, o modelo de pressão era muito mais focado no Poder Executivo) e a transferência do modelo corporativista intra-estatal para um modelo de *lobby* mais semelhante ao padrão estadunidense. O estudo de Bresser-Pereira & Diniz (2009) revela que a fração industrial se dividiu quanto ao choque neoliberal. Enquanto um setor ligado ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) mostrou-se crítico às medidas de abertura econômica e redução

do papel do Estado na economia, a FIESP (maior federação industrial) lançou o documento “Livres para crescer, proposta para um Brasil moderno” defendendo os postulados liberais.

A crise econômica do final dos anos 1990 representa uma mudança paradigmática, levando aos ideais do IEDI a penetrarem na FIESP e na CNI a partir do início dos anos 2000. Essa mudança conjuntural favoreceu a aproximação dos industriais com o Estado a partir do governo Lula, elaborando proposições à política macroeconômica.

Griebeler & Braga (2014) demonstram que a “Agenda Legislativa” da FIEP é um mecanismo de disputa e pressão política da Federação paranaense. Esses estudos nos permitem chegar a algumas conclusões plenamente aplicáveis ao caso paranaense: a redemocratização e o choque neoliberal provocaram mudanças intensas no modelo fracionário do corporativismo empresarial, levando a indústria a lançar mão de mecanismos de pressão sobre o legislativo muito semelhantes ao *lobby* estadunidense. Os anos 2000 e os governos do PT levaram a indústria a ficar mais próximos ainda do Estado.

Essa revisão bibliográfica possibilitou visualizar, dentro do recorte temático aqui apresentado, nuances que dialogam com os elementos apresentados no excerto anterior: para além da partilha de valores, as elites econômicas exercem mecanismos de pressão constantes sobre o Estado, oferecendo a eles um acesso sobre o aparato estatal de forma excepcional em relação a outros setores da sociedade.

3. Materiais e métodos

3.1. Fontes

Com base no monitoramento legislativo iniciado pelo Núcleo de Assuntos Legislativos da FIEP e finalizado durante essa pesquisa, que contou com o auxílio do monitoramento realizado pelo Núcleo de Prática em Ciência Política do Centro Universitário Internacional (Uninter) analisamos documentos oficiais sobre a tramitação de proposições legislativas no processo decisório paranaense. O material de análise são as Agendas Legislativas da FIEP de 2006 a 2014 e o Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na aba “Pesquisa Legislativa”.

As Agendas Legislativas são produzidas tendo como referência a produção legislativa do ano anterior. Por exemplo, a Agenda Legislativa de 2006 monitorou o processo legislativo de 2005 e se posicionou diante das proposições de seu interesse. A primeira Agenda Legislativa foi elaborada em 2005 e analisou a produção legislativa de interesse da FIEP de 2004 (FIEP, 2006). Para tanto, o recorte temporal desse trabalho abrange: *i*) o *último ano* do segundo governo de Roberto Requião e seu terceiro governo completo (2003-2010); *ii*) o interregno assumido por Orlando Pessuti (2010); e, *iii*) e a gestão do primeiro Governo de Beto Richa (2011-2014). Assim como, as 15^a, 16^a e 17^a Legislaturas, de modo semelhante.

A segunda gestão de Roberto Requião (2003-2006) e a 15ª Legislatura foram analisadas a partir das Agendas Legislativas da FIEP de 2006 e 2007, referentes à produção legislativa de 2005 e 2006. Dessa forma, a pesquisa não contou com as coletas dos dois primeiros anos (2003 e 2004), pois a pesquisa somente teve acesso a partir da Agenda de 2006, referente a produção de 2005.

A terceira gestão de Roberto Requião (2006-2010), a de Pessuti, e a 16ª legislatura, diferentemente, foram analisadas por meio de todas as Agendas Legislativas que cobrem o período. Por fins práticos, unimos o interregno de Pessuti e a terceira gestão de Requião como “Governo Requião 3” em nossas tabelas.

A pesquisa também não coletou os dados do último ano de gestão do governo Richa (2010-2014). A FIEP optou pela não confecção da Agenda Legislativa de 2015 (referente à produção legislativa de 2014), visto que todas as proposições no último ano de legislatura são arquivadas por decurso de prazo⁶. Portanto, esse período será representado pelas Agendas Legislativas de 2012, 2013 e 2014, pertinentes às produções legislativas da ALEP de 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

Durante a pesquisa aplicamos uma entrevista em profundidade, realizada em 2 de junho de 2017, com um analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da FIEP em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER, que veio a fornecer informações importantes a respeito da construção da Agenda Legislativa, da estrutura da FIEP e das atividades do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação.

A última atualização do banco de dados aconteceu no dia 22 de maio de 2018. Nessa data, consultamos a “situação final” das proposições legislativas em “Pesquisa Legislativa” do Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná⁷.

3.2. Materiais

A Agenda Legislativa FIEP elabora um conjunto de temas para classificar as proposições legislativas monitoradas. São eles: “Assuntos Econômicos”, “Infraestrutura”, “Meio Ambiente”, “Política Social”, “Questões Institucionais”, “Relações de Trabalho”, “Responsabilidade Social” e “Tributos”. Esses temas são um padrão das “Agendas” e se tornaram categorias da variável “tema”.

Através desses temas criamos uma tipologia para elaborar o banco de dados⁸. Propomos sete variáveis no desenho de pesquisa:

⁶ Informação adquirida por meio de entrevista realizada com um analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Paraná, em parceria com o Núcleo de Prática e Pesquisa em Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER, no dia 2 de junho de 2017.

⁷ ALEP. Website da Assembleia Legislativa do Paraná, 2020. Pesquisa Legislativa. Disponível em: <<http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao>>. Acesso em: 04/04/2020.

⁸ Todo o trabalho de criação das variáveis e elaboração do banco de dados foi através do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol) do Centro Universitário Internacional UNINTER.

Quadro 1. Variáveis da pesquisa

Id	variável	o que mede
1	vias legislativas	onde classificamos a espécie* do projeto de lei
2	tema	tema em que o projeto de lei foi classificado pela Agenda FIEP
3	autoria	deputado estadual ou o governo que iniciou a medida
4	iniciativa	de qual poder veio a iniciativa de submeter à proposição, se do Legislativo ou do Executivo
5	posicionamento da FIEP	convergente ou divergente em relação à matéria do projeto de lei
6	posicionamento do Poder Legislativo	favorável ou contrário à tramitação do projeto
7	posicionamento do Poder Executivo	favorável ou contrário à aprovação do projeto
8	alinhamento Legislativo-FIEP	se há ou não alinhamento entre ALEP e a Federação para gerar a taxa de convergência
9	alinhamento Executivo-FIEP	se há ou não para gerar a taxa de convergência
10	situação final da via legislativa	isto é, qual a situação final da proposição conforme a consulta no site da ALEP

*Por espécies, nos referimos ao tipo de projeto de lei: Projeto de Decreto Legislativo (PDL); Projeto de Emenda à Constituição (PEC); Projeto de Lei (PL) e Projeto de Lei Complementar (PLC).

Fonte: elaborado pelos autores.

Para transformar os dados em categorias do “Posicionamento Legislativo” e “Posicionamento Executivo”⁹, consideramos os *últimos posicionamentos* das instituições sobre a proposição nos casos de iniciativa do Poder Executivo e de veto total mantido. Isto é, se o Legislativo aprovou em primeiro trâmite a Proposição Legislativa, mas manteve o veto total, foi considerado o segundo posicionamento da instituição.

Das variáveis “Alinhamento Legislativo-FIEP” e “Alinhamento Executivo-FIEP” extraímos as taxas de convergência.

⁹ Em caso de veto derrubado, foram considerados posicionamentos diferentes para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo. Por exemplo: se em um projeto a FIEP se posicionou convergente e o Executivo a vetou, o posicionamento coletado a este Poder foi um posicionamento *contrário*; enquanto se o Legislativo derrubou o veto, considerou-se um posicionamento *favorável*.

Por compreender que o objetivo da pesquisa é mensurar o *grau de alinhamento* de interesse entre a elite econômica industrial e a elite estatal paranaense não coletamos as proposições que não tenham passado pelo trâmite final e as proposições com posicionamentos “convergentes com ressalvas” e “divergentes com ressalvas”. Compreendemos que para considerar esses posicionamentos seria necessária uma análise qualitativa das ressalvas, o que extrapola o escopo desta pesquisa.

Dessa maneira, a pesquisa contribui com uma análise *quantitativa* do grau de alinhamento de interesses entre a FIEP e os poderes Legislativo e Executivo.

3.3. Métodos

A metodologia é de caráter empírico e quantitativo. Utilizamos estatística descritiva e elaboramos uma taxa para mensurar o grau de alinhamento de interesses entre o setor industrial e a classe política paranaense. Ainda, utilizamos Análise de Conteúdo para desenvolver uma classificação a partir da avaliação das Agendas Legislativas.

A taxa de convergência foi utilizada para mensurar o grau de alinhamento de interesses entre o setor industrial e a classe política paranaense. E a partir da taxa de sucesso mensuramos o sucesso da FIEP em face das proposições de seus interesses no processo decisório paranaense.

Entende-se por taxa de convergência a proporção entre matérias nas quais a elite econômica se posiciona convergentemente (isto é, alinhado) e a posição apresentada pelas instituições no processo decisório (Santos, 2014). A taxa de convergência é a proporção da convergência entre a posição da elite econômica industrial e a posição da classe política diante das proposições legislativas.

A lógica do cálculo identifica semelhanças codificadas como 0 e 1: o posicionamento divergente equivale a 0 e o convergente a 1 (essa medida é derivada da variável “Posicionamento FIEP”). Se o projeto foi barrado em um Poder equivale a 0 e se tramitou equivale a 1 (medida registrada nas variáveis “Posicionamento Legislativo” e “Posicionamento Executivo”). Assim, é preciso ocorrer uma combinação de números iguais para calcular a taxa: $0 + 0 = 0$ ou $1 + 1 = 1$. Combinações diferentes não são consideradas como “convergência”.

Quando há essa combinação, categorizamos nas variáveis “Alinhamento FIEP-Legislativo” e “Alinhamento FIEP-Executivo” “sim” e quando não há, categorizamos como “não”. Após todo esse processo, retiramos a proporção geral desses resultados, aglutinando os resultados de 0 e 1 para cada um dos poderes. Estes possuem um cálculo em separado: FIEP com Legislativo e FIEP com Executivo, em que cada instância possui sua própria taxa de convergência com a Federação. Foi elaborada uma valência positiva para analisar os resultados extraídos das taxas elaboradas Junto ao Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol) do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

A valência proposta é discricionária e está escalonada em sete medidas:

Tabela 1. Valência utilizada para medir o grau de alinhamento de interesse da FIEP

Não alinhamento	Baixíssimo alinhamento	Baixo alinhamento	Médio alinhamento	Alto alinhamento	Altíssimo alinhamento	Total alinhamento
X = 0	0 < X ≤ 20	20 < X ≤ 40	40 < X ≤ 60	60 < X ≤ 80	80 < X ≤ 99	X = 100

Fonte: NuPP-CiPol.

O limite percentual da valência é 100% e está dividida em intervalos iguais de 20 em 20. A menor taxa de não alinhamento será considerada *não alinhamento* e a maior, *total alinhamento*.

4. Resultados e discussão

4.1 O alinhamento de interesses entre FIEP e classe política paranaense

A taxa de convergência foi calculada a partir das 261 proposições coletadas das agendas legislativas de 2006 a 2014. Considera-se convergente quando a posição da FIEP é a mesma dos Poderes Legislativo e Executivo. Para isso, nos casos de posicionamento favorável da FIEP, os dois Poderes precisam manter e aprovar o projeto para haver convergência. É preciso também que nos casos de posicionamento divergente, os Poderes barrarem a tramitação do projeto para que ocorra convergência. A Tabela 2 apresenta o percentual do alinhamento e o seu grau, perante todos os temas e subtemas de interesse da Federação:

Tabela 2. Percentual e grau de alinhamento entre FIEP com a ALEP e FIEP com Gestão de Governo em todos os temas

Legislatura	percentual	grau
15ª Legislatura	24,17%	Baixo alinhamento
16ª Legislatura	17,46%	Baixíssimo alinhamento
17ª Legislatura	53,85%	Médio alinhamento
Governo		

Requião 2	42,22%	Médio alinhamento
Requião 3	45,45%	Médio alinhamento
Beto Richa	73,08%	Alto alinhamento

Fonte: Bittencourt, Albuquerque & Codato (2020).

É possível analisar as gestões que foram mais alinhadas com a Federação comparando-as com suas legislaturas. A relação Executivo-Legislativo que mais chama atenção é a terceira de Roberto Requião (Requião 3), onde a gestão teve um alinhamento de 45,45%, sendo média alinhada, enquanto a 16ª Legislatura contou com baixíssimo alinhamento (17,46%). A disparidade entre as instituições é notória, enquanto o Executivo possui maior alinhamento com o setor industrial, o Legislativo faz o movimento inverso¹⁰.

O governo mais alinhado coincide com a legislatura que possuiu o maior alinhamento com a FIEP - mesmo se considerarmos a diferença entre o grau de alinhamento de ambas. A gestão de Beto Richa surpreende com um alinhamento de 73,08% com os interesses do setor industrial, considerado alto alinhamento. A 17ª Legislatura, que coincide com essa gestão, contou com 53,85% de alinhamento, sendo um alinhamento médio. No entanto, percebemos um alinhamento muito maior entre as elites estatais do Executivo e as elites econômicas industriais do que dessa com as elites estatais legislativas paranaenses.

Ao mesmo tempo, notamos que no geral, as elites estatais estiveram muito mais alinhadas com as elites econômicas industriais durante o período que compreendeu a gestão de Beto Richa e a 17ª Legislatura. Nos próximos excertos, abordaremos um pouco mais das possíveis explicações.

4.2 O alinhamento de interesses entre FIEP e classe política paranaense por temas

Segundo a Agenda Legislativa de 2017 (FIEP, 2014), a FIEP busca estreitar o diálogo com os poderes constituídos, com o intuito de promover a defesa de interesses do setor produtivo do Paraná. Pois, seu objetivo é colaborar com a criação de políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento econômico e social do estado e do país (FIEP, 2014).

Dessa maneira, buscamos compreender o alinhamento de interesses entre a Federação, o Legislativo e o Executivo considerando os oito temas propostos pelas Agendas. A tabela abaixo apresenta a taxa de convergência extraída entre o Legislativo e a FIEP por tema:

¹⁰ Por conta das proposições legislativas se iniciarem no Poder Legislativo e terem um processo de debate e votação antes de chegar ao Poder Executivo, é possível pensar que chegam menos projetos para o governador decidir do que o número iniciado pelos deputados.

Tabela 3. Taxa de convergência entre a FIEP e o legislativo por gestão, considerando os diversos temas (%)

tema	15ª Legislatura	16ª Legislatura	17ª Legislatura
Assuntos econômicos	34,48	36,36	21,43
Infraestrutura	10,34	9,09	7,14
Meio ambiente	20,69	9,09	33,33
Política social	20,69	18,18	16,67
Questões institucionais	10,34	27,27	9,52
Relações de trabalho	0,00	0,00	7,14
Tributos	3,45	0,00	4,76

Fonte: Bittencourt, Albuquerque & Codato (2020).

A Tabela 3 revela que a maior taxa de convergência, entre o Legislativo e a Federação, no tema Assuntos Econômicos ocorreu na 16ª Legislatura. Esta Legislatura e a 15ª convergem com os dois governos de Requião aqui analisados.

Nesse sentido, o Poder Legislativo na segunda gestão de Roberto Requião conta com grau de alinhamento político de 34,48%, enquanto a terceira gestão apresentou o maior grau de alinhamento dentre as três gestões (36,36%). Uma baixa diferença entre as duas gestões - na ordem de 1,88 pontos percentuais - é percebida. Em contraponto, ambas se caracterizam com baixo grau de alinhamento em relação aos interesses da FIEP.

A Legislatura que apresentou a menor taxa de convergência no tema Assuntos Econômicos, com 21,43%, coincide com a gestão de Beto Richa (17ª Legislatura).

A maior taxa de convergência do Legislativo, durante a gestão de Beto Richa, ocorre no tema de Meio Ambiente, com 33,33% de alinhamento - considerado baixo grau de alinhamento em relação aos interesses da Federação. Nessa mesma perspectiva, o Legislativo nas duas gestões de Roberto Requião apresentou baixos e baixíssimos graus alinhamentos, com 20,69% e 9,09% alinhados, respectivamente.

No tema Responsabilidade Social, o monitoramento revelou que em nenhuma das três gestões o Legislativo foi alinhado aos interesses da FIEP. A Agenda de 2014 assim descreve o que é Responsabilidade Social:

O tema responsabilidade social fundamenta-se no reconhecimento da necessidade do desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos referentes à melhoria da qualidade de vida, buscando cumprir normas vinculadas à saúde, à educação, à segurança e ao bem-estar de todos. É importante para a indústria estabelecer e assumir políticas e compromissos socialmente responsáveis, gerando diferenciais competitivos e resultados favoráveis para seus negócios, para a sociedade e para o meio ambiente (FIEP, 2014, p. 55).

A FIEP destacou na Agenda Legislativa de 2014 (FIEP, 2014) que sua contribuição com a criação de políticas públicas leva em última instância ao bem-estar dos cidadãos¹¹. De forma diferente, o tema fundamentado na necessidade do desenvolvimento de políticas públicas apresentou-se como *não alinhado* ao Legislativo em todas as legislaturas analisadas.

No tema Questões Institucionais, percebemos um baixo grau de alinhamento, na ordem de 27,27% entre o Legislativo e a Federação, na terceira gestão de Roberto Requião. Na segunda gestão de Roberto Requião e na gestão de Beto Richa, o Legislativo apresentou 10,34% e 9,52%, respectivamente. Em ambos os casos consideramos baixíssimo grau de alinhamento aos interesses da FIEP. Esse tema possui importância significativa para o jogo político, visto que a Agenda Legislativa de 2017 afirma que:

A estrutura e o funcionamento das organizações políticas e estatais, representada notadamente pelas questões institucionais, precisam aprimorar os princípios de legitimidade, moralidade e transparência. A indústria reivindica o debate acerca das reformas necessárias nos órgãos judiciários e administrativos. Desse modo, o aperfeiçoamento do processo legislativo, aliado às reformas do sistema político, promoverá a consolidação das instituições democráticas e a garantia da governabilidade (FIEP, 2017, p. 71).

Esta Agenda Legislativa de 2017 não foi incluída no banco de dados devido ao fato de que a coleta de dados foi realizada apenas até o ano de 2014. Todavia, sua conceituação quanto aos temas é permanente e perceptível aos interesses da Federação, o que não ocorre com a Agenda Legislativa de 2018, que contou com alterações na sua estrutura de temas.

¹¹ A Agenda Legislativa de 2014 não apresentou nenhuma proposição de interesse nesse tema.

Isto é, o Legislativo na terceira gestão de Roberto Requião apresentou-se como a mais alinhada politicamente à Federação quanto à estrutura e o funcionamento das organizações políticas e estatais, tornando-se uma gestão estratégica para os interesses da FIEP.

Outro ponto, é o posicionamento do Legislativo nas duas gestões de Roberto Requião quanto ao tema Relações de Trabalho, em ambas as gestões percebemos uma taxa de convergência igual a 0% de alinhamento político. É possível analisar, portanto, um conflito de interesses quanto a esse tema em ambas as legislaturas que ocorrem durante os governos de Roberto Requião.

O Legislativo durante a gestão de Beto Richa apresentou alinhamento quanto a esse tema, mesmo que seja um baixo alinhamento. A taxa de convergência foi de 7,14%, caracterizado como baixíssimo grau de alinhamento. Esse é outro tema delicado para a elite industrial paranaense, é nele que ocorreu debates sobre encargos e impostos. Como argumenta A Agenda Legislativa de 2017:

Os altos encargos impostos pela rígida legislação trabalhista vigente no Brasil comprometem a competitividade das empresas e desestimulam o mercado formal de trabalho. O mundo passou por profundas transformações, principalmente na área do trabalho, de forma que a modernização da legislação é de suma importância para a desburocratização das relações trabalhistas que não acompanharam as transformações ocorridas. As novas formas de arranjos do trabalho, assim como as novas tecnologias disponíveis no mercado, aumentaram vertiginosamente o fenômeno dos empregos temporários, intermitentes, realizados a distância e casuais. Essa nova forma de trabalho exige uma legislação adequada à sua realidade, pois torna inviável a aplicação das fórmulas homogêneas de proteção destinadas às atividades regulares e rotineiras (FIEP, 2017, p. 53).

Outro tema que o monitoramento político revelou como baixo grau de alinhamento político entre o Legislativo e a FIEP, foi referente aos Tributos. Nesse tema, o Poder Legislativo, que ocorre durante a segunda gestão de Roberto Requião e a gestão Beto Richa, contam com taxa de convergência de 3,45% e 4,76%, na devida ordem. Em ambas consideramos baixíssimos graus de alinhamento aos interesses da FIEP.

O monitoramento ainda mostrou que houve taxa convergente igual a 0%, entre o Poder Legislativo e a elite industrial, durante a terceira gestão de Roberto Requião. Isso significa nenhum alinhamento político.

Cabe agora analisar a taxa de convergência entre o Executivo e a FIEP. Ressalta-se que, nesse aspecto, a taxa de convergência foi calculada a partir das 82 (oitenta e duas) proposições que contaram com a posição do Poder Executivo. Para efeito, o Tabela 4 apresenta o grau de alinhamento entre os interesses da Federação e os posicionamentos do Executivo diante desses:

Tabela 4: Taxa de convergência entre a FIEP e o executivo por gestão, considerando os diversos temas (%)

tema	Roberto Requião 2	Roberto Requião 3	Beto Richa
Assuntos econômicos	10,53	40,00	10,53
Infraestrutura	15,79	20,00	10,53
Meio ambiente	31,58	0,00	31,58
Política social	21,05	20,00	15,79
Questões institucionais	15,79	20,00	21,05
Tributos	5,26	0,00	10,53

Fonte: Bittencourt, Albuquerque & Codato (2020).

A Tabela 4 revelou a mesma taxa de convergência para o segundo governo de Roberto Requião e para o governo de Beto Richa no tema Meio Ambiente. Em ambas as gestões, o grau de alinhamento foi de 31,58%. Isso as classifica como baixo grau de alinhamento aos interesses da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Esse percentual foi o maior grau de alinhamento registrado entre ambos os governos em todos os temas da FIEP.

O terceiro governo de Roberto Requião não teve alinhamento com a FIEP no tema Meio Ambiente - com uma taxa de convergência igual a 0%. Ressalta-se que a Agenda Legislativa de 2017 (FIEP, 2017) aponta a importância desse tema para o fomento de energias renováveis no Estado:

O Estado do Paraná é reconhecido nacionalmente por suas políticas e práticas de gestão ambiental, em especial pelos programas de preservação e conservação. Políticas públicas aliadas à preservação do meio ambiente e recursos naturais devem ser criadas para que o crescimento industrial seja orientado ao desenvolvimento sustentável. Dentre esta nova agenda política, destaca-se o fomento à produção de energia renovável e à produção mais limpa e com menor emissão de poluentes. Nesta perspectiva, nos últimos anos, o empresariado paranaense se deparou com políticas e regulamentos ambientais que podem ter um impacto negativo na competitividade acirrada de hoje, com consequentes implicações econômicas e sociais. O setor produtivo anseia por regras mais dinâmicas e que incentivem o protagonismo ambiental ao invés de leis que

obriguem o empresário a seguir normas que impactem suas atividades (FIEP, 2017, p. 30).

No tema Assuntos Econômicos, o terceiro governo de Roberto Requião registrou seu maior alinhamento, com uma taxa de convergência de 40%. O segundo governo de Roberto Requião e o governo de Beto Richa mostraram o menor grau de alinhamento nesse tema, com uma taxa de convergência de 10,53%. Ambas as gestões são consideradas como de baixíssimos graus de alinhamento, com uma diferença de 29,47 pontos percentuais em relação ao terceiro governo de Roberto Requião.

Nota-se, portanto, uma semelhança do segundo governo de Roberto Requião com o governo Beto Richa diante os temas Meio Ambiente e Assuntos Econômicos.

O monitoramento revela que com um governo com nenhum alinhamento político, conforme a situação do terceiro governo de Roberto Requião no tema Tributos, o setor industrial paranaense detecta um risco. Pois há conflito entre os interesses do Executivo e os interesses da FIEP em trazer alterações nos benefícios econômicos para alcançar maior eficiência na geração de riquezas e na sua distribuição (FIEP, 2017).

É importante analisar que o tema Questões Institucionais nos governos de Roberto Requião e no governo Beto Richa apresentaram taxas de convergências semelhantes, apontando 15,79%, 20% e 21,05% de alinhamento político nessa ordem. É nesse tema que as regras do funcionamento do processo de decisão política e da administração pública são debatidas e decididas. Para tanto, apresentar uma taxa de convergência semelhante entre os governos sinaliza um alinhamento estratégico para a FIEP.

Em mais de um tema não ocorreu alinhamento nos três governos. Além do tema Responsabilidade Social já identificado no primeiro filtro do Legislativo, o tema Relações de Trabalho apresentou uma taxa de convergência igual a 0% nos três governos monitorados.

O intuito agora é cruzar essas concepções com as perspectivas teóricas anteriormente apresentadas. Primeiramente, cabe citar que não há um alinhamento de ampla convergência em nenhuma legislatura ou gestão, sob nenhum tema, embora seja possível considerar que há alinhamento notável na gestão de Beto Richa, não se traduzindo, no entanto, em um alinhamento nas questões materiais. Entretanto, as oscilações aqui presentes são dignas de nota.

No que tange aos assuntos que estão diretamente relacionados aos interesses materiais da indústria - os "Assuntos Econômicos" - há um alinhamento notável com a terceira gestão de Roberto Requião e a 16ª Legislatura. Em uma perspectiva diferente, não há alinhamento em nenhum dos três períodos temporais na questão tributária. Esse é interesse eminente do setor industrial nacional desde os anos 1990, com os enfrentamentos para reduzir o "Custo Brasil". Interessante notar que o grau de alinhamento anteriormente encontrado no governo Beto Richa e na 17ª Legislatura não se converte nestas questões que impactam diretamente em rendimentos, e sim em questões de dimensão mais valorativa, como a dimensão ambiental.

De maneira analítica, é possível então intuir que não há ampla convergência de interesses entre a elite econômica industrial e as elites estatais do estado do Paraná durante o período estudado.

5. Considerações finais

Este artigo buscou avaliar se há alinhamento de interesses entre a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e os Poderes Executivo e Legislativo do estado. Para tanto, o estudo fez uso de uma estatística descritiva em cima dos dados obtidos nas Agendas FIEP que compreendem o período de 2006 até 2014. Esse recorte compreende quatro governadores e três legislaturas diferentes.

O maior achado empírico foi a descoberta do alinhamento da gestão Beto Richa com os interesses da FIEP, no tocante de 73,08%, considerado alto alinhamento. Do mesmo modo, a 17ª Legislatura, que coincide com essa gestão, contou com 53,85%, sendo um alinhamento médio. As gestões de Roberto Requião e suas respectivas legislaturas não tiveram a margem do percentual de Beto Richa, o que gera a dúvida se os dois Governos de Requião não possuíram um alinhamento maior com outra elite econômica, seja agroindustrial ou comercial no Estado do Paraná.

É importante reconhecer os limites da abordagem aqui utilizada, afinal, analisamos apenas um dos espaços de expressão destes interesses, mais especificamente a Agenda Legislativa de uma elite industrial (a paranaense), em um recorte temporal também específico. Ainda assim, consideramos que tais elementos possam indicar o caminho para novas pesquisas e estudos futuros.

Por exemplo, o intenso papel da agricultura na economia do Estado pode significar um alinhamento de interesses maior, das elites estatais, com as elites econômicas agrárias. Outra agenda que se abre a partir dessas considerações é a comparativa: Estados em que a indústria teve maior centralidade na formação econômica, como o Estado de São Paulo, possuem maior alinhamento de interesses industriais com as elites estatais? Além disso, consideramos possível realizar análises qualitativas das Agendas, procurando observar que tipo de discurso valorativo elas defendem, tanto na esfera econômica, quanto nas demais esferas.

Enfim, consideramos que a pluralidade das elites possibilita que uma grande variedade de estudos possam ser realizados no sentido de compreender sua relação com o Estado. Com este artigo, esperamos contribuir na construção desses novos horizontes de pesquisa.

Referências bibliográficas

Alep. Website da Assembleia Legislativa do Paraná. 2020. Pesquisa Legislativa. Disponível em: <<http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao>>. Acesso em: 04/04/2020.

Bittencourt, Maiane; Albuquerque, Mateus de; Codato, Adriano. 2020. *Agendas legislativas da Federação das Indústrias do Estado do Paraná*. figshare. Dataset. DOI: 10.6084/m9.figshare.12121545.v1

Borck, Igor Sulaiman Said Felicio. 2019. Padrões de ação coletiva do empresariado industrial no Brasil: a agenda legislativa da CNI em 2017. *Revista Sociologias Plurais*, 5(1): 398-415.

Boschi, Renato; Diniz, Eli. 2016. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. In: Szwako, José; Moura, Rafael; D'ávila Filho, Paulo (org). *Estado e Sociedade no Brasil: a Obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro: CNPq; FAPERJ; INCT/PPED; Idea D.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Diniz, Eli. 2009. Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos*, 84.

Costa, Paulo Roberto Neves; Borck, Igor Sulaiman Said Felicio. 2019. Empresariado, parlamento e democracia: a CNI e o Congresso Nacional (2010-2017). *Opinião Pública*, 25(2).

Costa, Luiz Domingos; Codato, Adriano. Reversão, popularização e ambição: três conceitos sobre as elites parlamentares brasileiras. *11º Encontro ABCP*, Curitiba, 11(11): 1-26.

Cadoná, Marco André. 2015. Burguesia Industrial e a "Agenda de Desenvolvimento" Para o Rio Grande do Sul Durante os Anos 90. *Desenvolvimento em Questão*, 13(31).

Cano, Wilson. 2012. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, 21(Número Especial): 831-851.

Cano, Wilson. 2015. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 35(3): 444-460.

Costa, Homero de Oliveira. 2007. Democracia e Participação na Teoria Política. *Cronos*, 8(1): 215-228.

Costa, Paulo Roberto Neves; Engler, Ícaro Gabriel da Fonseca. 2008. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Opinião Pública*, Campinas, 14(2).

Costa, Lucas Nascimento Ferraz; Troiano, Mariele. 2016. Uma análise das atuações do Diap e da Fiesp sob a ótica da teoria institucional. *Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, 2(8): 56-71.

CNI. Website "Portal da Indústria". 2020. Ranking das informações industriais de cada estado da federação. Disponível em:

<<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=4&id=2375>>. Acesso em: 04/04/2020.

Diniz, Eli. 2016. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. In: Szwako, José; Moura, Rafael; D'ávila Filho, Paulo (org). *Estado e Sociedade no Brasil: a Obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro: CNPq; FAPERJ; INCT/PPED; Idea D.

Diniz, Eli. "Neoliberalismo e Corporativismo: as Duas Faces do Capitalismo Industrial no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, ano 7, outubro. (1992).

FIEP. 2006. *Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná*. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

FIEP. 2014. *Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná*. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

FIEP. 2017. *Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná*. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

FIEP. Website da FIEP. 2020. *Lista dos sindicatos filiados*. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/sindicatos/>>. Acesso em: 04/04/2020.

FIEP. Website da FIEP. Área "Sobre a Fiep". Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20/04/2020.

Fonseca, Pedro Cezar Dutra. 2003. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, 23(1:89).

Güths, Marisa Larsen. 2006. A Ação Política do Empresariado Industrial Catarinense: O Caso da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE, V, 2006, Porto Alegre. *Anais do V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade*.

Graziano, Luigi. 1994. Pluralismo em perspectiva comparativa: notas sobre as tradições europeia e americana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(26).

Griebeler, Juliano Braga; Braga, Sérgio. 2014. Ação empresarial em escala regional: um estudo da permeabilidade do Legislativo do Paraná à ação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) na 16ª legislatura (2007-2011). *Revista Sociedade e Estado*, 29 (3).

Mancuso, Wagner Pralon. 2004. O lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 47(3).

Mancuso, Wagner Pralon. 2007. O Empresariado como Ator Político no Brasil: Balanço da Literatura e Agenda de Pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, 28:131-146.

Miliband, Ralph. 1982. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar.

Migliorini, Sonia Mar dos Santos. 2006. Indústria Paranaense: Formação, Transformação Econômica a partir da Década de 1960 e Distribuição Espacial da Indústria no Início do Século XX. *Revista Eletrônica Geografar*, 1(1): 62-80.

Moraes, Rafael. 2010. *Os governos João Goulart e Castello Branco vistos pela FIES: uma análise da relação entre o estado e o empresariado industrial*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nojima, Daniel. 2002. Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000. *Revista Paraná Desenvolvimento*, 103: 23-43.

Oliveira, Andréa. 2004. *Lobby e representação de interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Poulantzas, Nicos. 2019. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp.

Santos, Manoel. 2014. Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o Lobby e o Sucesso da Agenda Legislativa da Indústria. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*. Rio de Janeiro, 1:52-70.

Santos, Fabiano; Graça, Luis. 2009. *Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do governo Sérgio Cabral: indicadores quantitativos e qualitativos em uma perspectiva comparativa*. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A982105>. Acesso em 02/04/2020.